



## PROMOVENDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Elvira Manuel Mendes – Subdiretora do AE de Coimbra Centro

José Correia Lopes – Coordenador do CRI da APCC

Ao olharmos de uma forma integrada para o quadro legal que suporta a flexibilidade curricular, o perfil do aluno à saída da escolaridade, assim como das aprendizagens essenciais e o novo regime legal para a Inclusão Escolar, deparamo-nos com um modelo social de ensino que aposta numa escola democrática e inclusiva que convoca Todos, incluindo as lideranças de escola, a cumprirem o seu papel de forma consciente e responsável.

Estamos perante uma viragem reflexiva que exige um trabalho de Equipa e uma responsabilidade consentida, compartilhada por Todos, rumo a uma Escola que promete a todos um maior sucesso.

Temos consciência das dificuldades que a Escola tem em lidar com a diversidade e em romper com uma cultura organizacional e pedagógica onde os princípios como a homogeneização, a seletividade, a competitividade e o ensino simultâneo, se constituem como barreiras à participação e à aprendizagem dos alunos.

Sabemos que a operacionalização dos pressupostos inerentes à atual legislação envolve ruturas profundas na estrutura escolar e no sistema educativo, implica equacionar os processos pedagógicos da Escola e em especial das salas de aula ao nível da organização e gestão curricular e pedagógica das atividades e dos procedimentos avaliativos e a utilização de dinâmicas diferenciadas bem como metodologias flexíveis e inovadoras.

Todas estas mudanças inerentes ao processo evolutivo da inclusão constituem-se como um enorme desafio e exigem um maior envolvimento, comprometimento e capacitação e

até formação de todos os profissionais e também das lideranças ao nível da Escola, bem como o envolvimento de toda a comunidade educativa para o sucesso de Todos e de cada Um e para que seja fortalecida uma linha de atuação cooperativa com ganhos para todos.

O Centro de Recursos para a Inclusão da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra opera já alguns anos e constitui-se como uma mais-valia para o Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, atuando numa lógica de trabalho de parceria pedagógica prestando serviços especializados, em contexto escolar, através de técnicos, com formações diferenciadas, como terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, fisioterapeutas, psicólogos, com vista a otimizar as aprendizagens dos alunos e a reduzir ou eliminar as barreiras que se colocam à sua aprendizagem e à participação nos diferentes contextos educativos e no sentido elevar os seus níveis de participação e o alcance dos objetivos e competências curriculares estabelecidas.

A intervenção dos profissionais do CRI tem ainda consistido no apoio ao desenvolvimento dos processos de transição para a vida pós-escolar, enquadrado no PIT de cada aluno. Tem também assumido uma função colaborativa através de apoio de retaguarda aos docentes, pais e outros profissionais.

No sentido de se reforçar a articulação entre o CRI e o Agrupamento, se melhorar o trabalho colaborativo e se adequar o apoio à educação inclusiva, foi estabelecido, no início do ano letivo, um espaço de reflexão entre Coordenador dos Serviços Educativos e técnicos do CRI e a Direção do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro e Coordenadora do departamento da educação especial em que foram tomadas decisões quanto aos apoios especializados necessários e quanto à modalidade ou modalidades de intervenção, de acordo com uma visão holística da intervenção educativa. Ficou objetivado que a intervenção do CRI seria sustentada por Planos de Intervenção Individualizada que articulariam os objetivos e estratégias a desenvolver, em consonância com o Relatório Técnico-Pedagógico e Plano Educativo Individual. O início da prestação dos apoios seria coincidente com o arranque do ano letivo e a organização dos horários dos técnicos seria efetuada em articulação com os docentes titulares de turma e docentes especializados. Os técnicos do CRI participariam, enquanto elementos variáveis na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, colaborando no processo de identificação de medidas de suporte, no processo de transição dos alunos e no desenvolvimento de ações de apoio à família e na prestação dos apoios especializados nos contextos educativos.

Neste trabalho de parceria há um compromisso em que CRI e Agrupamento de Escolas Coimbra Centro abraçam este desafio com total empenho e vontade de participar na construção de uma Escola verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade.

Esta escola inclusiva, que se institui como direito para cada criança e jovem, reforça, como já referimos, a intervenção de todos os intervenientes ao identificar barreiras à aprendizagem, aplicar estratégias várias e apresentar como objetivo potenciar as capacidades de cada indivíduo.

Neste sentido e porque o Agrupamento de Escolas Coimbra Centro se situa e revê na necessidade urgente deste processo de mudança de paradigma organizacional e pedagógico, desenvolveu um conjunto de ações que passamos a objetivar:

- Em 18 de julho 2018 foi constituída a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei nº 54/20018 e no dia 23 de julho realizou-se a 1.ª reunião da Equipa onde esteve presente a Diretora do Agrupamento que designou o coordenador e o local de funcionamento da Equipa e realçou as competências desta;

- A EMAEI começou por estabelecer os seus tempos de encontro, por fazer uma análise/ reflexão/ cruzamento dos diplomas legais atuais e por definir como prioridade a sensibilização da comunidade educativa para a educação inclusiva. Deste modo, preparou em articulação com o Centro de Formação Nova Ágora, a ação de formação, “Decreto-Lei n.º 54/2018: Mudança de práticas para a inclusão” que, na 1.ª semana de setembro e numa primeira fase foi alargada a todos os docentes e técnicos do Agrupamento (por grupos), durante três dias. Foi disponibilizado a cada formando, em suporte digital, um conjunto de materiais complementares à formação (normativos legais, Manual de Apoio à Prática, documentos relacionados com o desenho Universal à Aprendizagem, Modelo Multinível...). Pretende-se que faseadamente e ao longo do ano, essa formação seja alargada ao pessoal não docente, pais e alunos;

- Foi feita uma planificação de reuniões onde participaram diretores de turma, docentes e técnicos para a aplicação do artigo 31.º, do Decreto-Lei nº54/20018, relacionado com o regime de transição para os alunos com a extinta medida currículo específico individual.

- Os elementos Equipa desenvolveram ações de sensibilização e de esclarecimento, junto dos conselhos de diretores de turma e nas reuniões de departamento do pré-escolar e 1.º ciclo, sobre o papel e o apoio dos docentes de educação especial, valorizando-se numa ação colaborativa uma lógica de corresponsabilização com os demais docentes dos alunos. Para reforçar esta ação colaborativa os docentes especializados foram afetos a uma, ou várias turmas e não aos alunos;

- Estão em curso reuniões de reflexão e aconselhamento aos docentes sobre a definição de estratégias de diferenciação e mobilização das medidas de suporte à aprendizagem;

- Foi criada uma equipa de trabalho para a organização do Centro de Apoio à Aprendizagem enquanto estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais. Essa Equipa ficou incumbida de organizar os espaços e de recolher todos os recursos materiais disponíveis e existentes no Agrupamento de forma a serem rentabilizados no Centro de Aprendizagem.

Este caminho que o Agrupamento tem percorrido, é um caminho que se quer participado, assente no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo e que constrói-se com o envolvimento de todos – docentes, técnicos, pais e encarregados de educação, dos alunos, equipas multidisciplinares, Centros de Apoio à Aprendizagem, CRI – e é com a intervenção de todos que se garante que o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória é atingido.

Como em vários outros aspetos, as chefias intermédias assumem também aqui um papel preponderante ao garantir a aplicação das normas de inclusão e ao transformar este ato na materialização dos objetivos que se pretendem atingir.

Lideranças fortes e focadas permitem uma maior plasticidade entre todos os intervenientes neste processo no qual se procuram as melhores soluções do ponto de vista da educação, da saúde e da inclusão social; lideranças envolvidas prestam o exemplo e apontam caminhos para uma verdadeira conceção de flexibilidade curricular, plasmada no Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que se cruza na perfeição com a visão holística dos alunos e de cada um deles, individualmente, e no desígnio da aplicação das normas que garantem a inclusão, visão maior do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Não será novidade afirmar que um caminho desta natureza traça-se pela missão e pelas visão de chefias que acreditam na verdadeira união de esforços para alcançar o sucesso e os objetivos traçados, que todos os dias constroem pontes de articulação entre elas, as lideranças intermédias e os próprios alunos, cujo direito a uma educação inclusiva e consequente se consubstancia no centro da atividade da escola: o currículo e as aprendizagens dos alunos.

Tal facto passa-se no Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, ao nível da própria chefia que abraçou, desde a primeira hora, este desafio de todos envolver na procura dos melhores caminhos para atingir os objetivos e o compromisso na aposta de uma escola inclusiva para todos, assente na diversidade e na diferença. Só assim se alcança o sucesso individual e coletivo de toda uma comunidade aprendente e alargada e de disseminam comportamentos e práticas verdadeiramente inclusivos. Pelo caminho da monitorização e da avaliação procura-se, depois, aferir esse sucesso com a certeza, porém, que, sem este

enfoque assumido pelas chefias muito do caminho se esfumaria em medidas inconsequentes e avulsas e poderia redundar em mais uma barreira à aprendizagem de todos.

A promoção e efetivação da educação inclusiva representam um paradigma educacional de grande importância e relevo nos dias de hoje: difícil seria conceber uma visão diferente da Escola atual na qual se cruzam atores tão diversos e diferentes. Por outro lado, as chefias têm o dever de envolver, proporcionar e construir caminhos que verdadeiramente apresentem percursos diferenciados a todos os seus mas com o objetivo último de alcançar o sucesso pessoal e educativo.

É pelo exemplo que se vai, é pelo envolvimento proporcionado pelas chefias e posto em prática pelos vários atores que se alcançam os objetivos propostos, é pela Escola de todos e para todos que unimos esforços para formar cidadãos de pleno direito.

#### Referências bibliográficas:

Agência Europeia para as Necessidades Especiais e Educação Inclusiva. (2014). Cinco mensagens-chave para a educação inclusiva. Colocar a teoria em prática. Odense.

Jerónimo Sousa (coord.) (2015). *Avaliação das Políticas Públicas – Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: O Caso dos Centros de Recursos para a Inclusão*. Lisboa: DGE/DSEEASPereira,

Filomena (Coord.) (2018). *Para Uma Educação Inclusiva – Manual de Apoio à Prática*, Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).

NACIONES UNIDAS. (2016). Convención sobre los derechos de las personas con discapacidad. Observaciones finales sobre el informe inicial de Portugal. [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eBFcE079LrQJ:tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRPD/Shared%2520Documents/PRT/CRPD\\_C\\_PRT\\_CO\\_1\\_23681\\_S.doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eBFcE079LrQJ:tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRPD/Shared%2520Documents/PRT/CRPD_C_PRT_CO_1_23681_S.doc+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)